**Instruções para preenchimento do formulário:**

1. No campo Documento, deve ser especificado o instrumento licitatório para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas pré-edital ou minuta do contrato;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o item do pré-edital, ou a cláusula da minuta do contrato, ou, ainda, o anexo para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas o número do item ou o número da cláusula, sem detalhar o seu título. No caso de sugestão à anexo, deve-se incluir o número do anexo e o número do item objeto da sugestão, caso existente. Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o item ou a cláusula teria caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

**Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:**

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo II – 3.2.1 | Texto proposto. | Justificativa. |
| Pré-edital | Exclusão | 1.4.3 |  | Justificativa |

**Instruções para envio do formulário:**

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até às **18 horas do dia 18 de dezembro de 2017** peloe-mail [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br). A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 1.2.8 | Concessionário: individual ou coletivamente, as pessoas jurídicas que exerçam atividade empresarial integrantes do consórcio, inclusive o Operador. | É importante que a definição permaneça para deixar claro que os direitos previstos no Contrato de Concessão são coletivamente detidos pelos Concessionários. Além disso, não há definição legal de Concessionário. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 1.2.29 | Compromisso Contingente: é a atividade prevista no Plano de Avaliação de Descoberta cuja realização é incerta e dependente do resultado dos Compromissos Firmes que a antecedem e a ela são correlatos. | Apesar da referida definição já constar na Resolução ANP 30/2014, não haverá prejuízo em sua inclusão no Contrato vez que ela reforçaria a eficácia do conceito, trazendo mais segurança jurídica. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 1.2.48 | Compromisso Firme: é a atividade prevista no Plano de Avaliação de Descoberta cuja realização é certa e obrigatória para atingir os objetivos do Plano de Avaliação de Descoberta. | Apesar da referida definição já constar na Resolução ANP 30/2014, não haverá prejuízo em sua inclusão no Contrato vez que ela reforçaria a eficácia do conceito, trazendo mais segurança jurídica. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 5.18 e) | Conduzir um programa adicional de Exploração conforme aprovação da ANP para o restante do Período de Exploração. | Esta inclusão visa deixar claro que a Concessionária pode realizar trabalhos adicionais de exploração até o final do período previsto para a conclusão do Período de Exploração, além das demais atividades listadas. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 5.19 | No que diz respeito a áreas não retidas do Plano de Avaliação de Descoberta ou Declaração de Comercialidade, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da Fase de Exploração, o Concessionário deverá encaminhar à ANP um plano de devolução de áreas, elaborado conforme Legislação Aplicável. | A redação original é imprecisa, pois sugere que todas as áreas devem ser devolvidas no final da Fase de Exploração. A sugestão visa esclarecer que apenas as áreas não retidas em PADs ou Declarações de Comercialidade devem ser devolvidas. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 9.3 | O Concessionário deverá observar na Fase de Produção, em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo: | A inclusão de redação “em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo” visa esclarecer que os conceitos de racionalização da Produção, o controle das reservas em declínio, etc., que são indefinidas, devem atender ao padrão das Melhores Práticas da Indústria Petrolífera. |
| Minuta do Contrato | Alteração | * 1. d | d) a segurança operacional e a utilização de processos e alternativas que minimizem o impacto das Operações no que diz respeito à proteção da vida humana e a preservação do meio ambiente. | "Garantia" é um termo técnico, que possui um significado especializado em um contexto jurídico particular, não pertencendo à letra (d), além de ser requisito subjetivo que pode dar origem a disputas. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 9.11 | Na ausência de regulamentação específica, a ANP terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de recebimento do Programa de Desativação das Instalações, para aprová-lo ou solicitar ao Concessionário as modificações que julgar cabíveis e optar quais instalações receberá por sua própria conta, se houver. | Um período de 1 ano para que a ANP analise o Programa de Descomissionamento de Instalações não parece razoável e de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, podendo comprometer a execução do plano.  Quanto à segunda inclusão, o objetivo é fornecer mais certeza quanto ao momento em que a ANP indicaria os ativos a serem revertidos no âmbito do contrato de concessão. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 9.11.4 | Se a ANP decidir receber as instalações dentro da Área de Concessão, a Concessionária deverá transferir todos os direitos remanescentes e propriedade de todos os bens dentro da Área de Concessão em sua condição então existente, sem nenhuma garantia de qualquer tipo, e a ANP será exclusivamente responsável por tais instalações, incluindo seu abandono e descarte finais. Caso a ANP decida não receber quaisquer de tais instalações, a Concessionária será responsável pela desativação e abandono das instalações e o Operador deverá proceder com a execução do Programa de Desativação das Instalações com relação a tais instalações. | O objetivo desta inclusão é fornecer mais segurança com relação à alocação de responsabilidade no que diz respeito às instalações, bens e ativos que deverão ser transferidos, da forma optada pela ANP, em vista do descomissionamento e abandono pelo concessionário.  Caso contrário, embora as instalações, bens e ativos sejam retidos pela ANP, o concessionário que estiver saindo da concessão teria responsabilidade eterna pelos ativos que não mais opera, gerando riscos injustificáveis e possíveis perdas. Nestes casos, o operador poderia decidir por abandonar ou descomissionar ao invés de transferir tais ativos e acabar retendo responsabilidade. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 10.1 | O Concessionário deverá apresentar o Plano de Desenvolvimento à ANP no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados do recebimento de comunicação da aprovação do Relatório Final de Avaliação de Descoberta. | A experiência mostra que um período de 180 dias é muito exíguo para produzir e entregar um plano de desenvolvimento sólido para cumprir com os requisitos necessários. Apesar da previsão para revisão do Plano de Desenvolvimento, entendemos que um prazo maior para a elaboração e apresentação de um plano de tamanha importância aumentaria a eficiência das conduções das operações e da atuação da ANP na fiscalização dos Concessionários, já que se diminuiria consideravelmente o trâmite burocrático e os custos impostos pelas revisões. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 11.1 | A Data de Início da Produção do Campo deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis a critério da ANP, contados da data de aprovação do Plano de Desenvolvimento. | Considerando que o Plano de Desenvolvimento será preparado e submetido para aprovação após a Declaração de Comercialidade, o período de 5 anos para início da produção pode ser muito curto, e na maioria dos casos, as empresas solicitam sua prorrogação. Visando diminuir a burocracia e consequentemente os custos extras, tanto para o Concessionário quanto para a ANP, sugerimos que o prazo de 5 anos seja a partir da efetiva aprovação do Plano de Desenvolvimento e não da Declaração de Comercialidade. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 11.5.2 | Caso o Concessionário discorde das modificações propostas, poderá discuti-las com a ANP, visando ajustar as modificações a serem implementadas no Programa Anual de Produção de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. | A exclusão desta disposição visa reduzir a burocracia desnecessária e ineficiências, gerando custos adicionais, sendo que os benefícios dessa atuação pela ANP são questionáveis. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 11.6 | O Concessionário estará obrigado a cumprir o Programa Anual de Produção com as modificações eventualmente determinadas pela ANP, de acordo com o procedimento estabelecido na cláusula 11.5. | A reinserção trará mais certeza quanto ao procedimento que deve ser seguido pelas Partes. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 12.5.5 | A Concessionária será remunerada pela parcela da Produção sobre a qual incidir a restrição à livre disposição a não menos que o Preço de Referência aplicável. | A inclusão proposta concede clareza à remuneração justa e no valor de mercado ao concessionário pelo óleo e gás natural cuja produção for mandatoriamente retida para suprimento interno no Brasil. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 14.4 |  | O pagamento de obrigações de investimento é uma questão atinente a acordos privados entre os membros do Consórcio, e a ANP não deve interferir nesse relacionamento. Há o risco de prejudicar os efeitos dos documentos operacionais privados, que trazem os remédios necessários, e que são testados em projetos ao redor do mundo há muitas décadas de acordo com as Melhores Práticas da Indústria. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 14.7 | Nas hipóteses de transferência da responsabilidade pela Operação, o Concessionário deverá designar um novo Operador, observado o disposto na Legislação Aplicável. | A remoção do Operador está sujeita a regras estabelecidas nos acordos operacionais privados entre os membros do Consórcio. Para fins do Contrato de Concessão, o que importa é a transferência da operação, que será uma consequência de remoção do Operador. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 14.9.1 | O referido Operador permanecerá responsável, ainda, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes de sua condição de Operador até a transferência prevista no parágrafo 14.8, sendo que o referido Operador deverá ser liberado e dispensado de todas as obrigações e responsabilidades decorrentes de operações que ocorram após a data da referida transferência. | Esta inclusão visa esclarecer que, embora o Operador continue responsável por obrigações passadas, é dispensado de futuras, sob a responsabilidade do novo Operador. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 15.3 | O Concessionário deverá permitir livre acesso às autoridades que tenham competência sobre quaisquer de suas atividades, estando sujeito ao cumprimento das políticas de segurança do Concessionário. | Esta inclusão visa prevenir acidentes e outros incidentes que possam ocorrer devido ao não cumprimento dos requisitos de políticas de segurança. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 18.9.2 | Qualquer reversão de ativos, instalações ou bens estará sujeita a indenização prévia em dinheiro, de acordo com o Artigo 5, XXIV da Constituição Federal. | Ainda que o edital preveja que a indenização dos bens revertidos será apurada no momento do retorno ao poder concedente de todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, a Constituição Federal estabelece que qualquer desapropriação - como neste caso - deve ser sujeita a justa e prévia indenização em dinheiro. Em razão disto, incluímos esta previsão para tornar mais claro que o concessionário não será penalizado ou sofrerá desapropriação injusta por meio deste mecanismo. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 19.8 | O Concessionário responderá, integral e objetivamente pelas atividades de seus subcontratados que resultarem, direta ou indiretamente, em danos ou prejuízos ao meio ambiente, à ANP ou à União, nos termos da Lei Aplicável. | Esta inclusão visa esclarecer que a responsabilidade do Concessionário perante a ANP ou o Governo Federal pelas perdas de danos ambientais deve ser equivalente àquela estabelecida pela Legislação Aplicável, de modo que o Contrato de Concessão não seja interpretado como estabelecendo responsabilidade da Concessionária acima e além do que a lei exige. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 21.2 (e) | recuperar áreas degradadas em conformidade com a Legislação Aplicável e as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. | Esta inclusão visa esclarecer que a responsabilidade do Concessionário perante a ANP ou o Governo Federal pelas perdas de danos ambientais deve ser equivalente àquela estabelecida pela lei aplicável, de modo que o Contrato de Concessão não seja interpretado como estabelecendo responsabilidade da Concessionária acima e além da Lei Aplicável e das Melhores Práticas da Industria de Petróleo e gás. |
| Minuta do Cotnrato | Alteração | 28.9 | Qualquer Cessão que não cumpra o disposto nesta Cláusula ou na Legislação Aplicável será nula, com a declaração de nulidade feita por uma corte arbitral conforme a cláusula 34.5 abaixo, e sujeita às penalidades previstas neste Contrato e na Legislação Aplicável. | Na eventualidade da cessão não cumprir com os termos do contrato de concessão, seria uma quebra contratual. Neste sentido, caberia a um tribunal arbitral a declaração de que tal quebra tenha ocorrido de fato ou não.  Isto também garante um procedimento transparente e imparcial, em linha com a Constituição Federal Brasileira. Como não foi publicada até o presente momento resolução que regulamente a cessão de contratos, entendemos que a redação proposta é que mais garante segurança jurídica e aplicação do devido processo legal, conforme a Constituição. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 30.1 “f” e “g” |  | Os eventos descritos nas Alíneas (f) e (g) são sujeitos a discussão e requerem provas. Desse modo, mesmo com a concessão de prazos dilatados para a aprovação e discussão desses eventos com ANP, a extinção do contrato de pleno direito não é a opção mais razoável em razão dos complexos fatores técnico-econômicos envolvidos e da proporção que as discussões destes termos podem tomar. Estes eventos foram recolocados na cláusula 30.4 de maneira mais adequada. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 30.4 | Este Contrato poderá resolvido nos seguintes casos: | Ressalta-se que o contrato ‘poderá’ ser resolvido, mas não necessariamente o será, usando como precedente o disposto no modelo de Contrato de Partilha de Produção na 3ª Rodada, no qual existe a alternativa de aplicação de sanção como alternativa à inadimplência, a depender da gravidade e/ou histórico do concessionário/contratado inadimplente, que ilide o cabimento de quaisquer outras formas de penalidade, nos termos da Cláusula 10.10. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 30.4 “c” | c) As partes não consigam chegar a um acordo com relação ao Plano de Desenvolvimento | Considerando que tais eventos não necessariamente levam ao término do Contrato de Concessão, uma vez que outras alternativas e remédios contratuais podem ser aplicados, propomos ajustar o caput do Cláusula 30.4.  De forma similar, considerando que a nova alínea (c) não pode ser sujeita ao término automático, conforme comentário à Cláusula 30.1, ajustamos e incluímos tais eventos nessa Cláusula, já que serão sujeitos a procedimentos legais específicos. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 30.5 | Qualquer evento de rescisão deste Contrato que seja contestado por uma ou mais Partes estará sujeito ao procedimento de arbitragem nos termos da Cláusula 34 abaixo em que o tribunal deverá verificar o inadimplemento absoluto por parte da Concessionária. | Em caso de disputa entre uma ou mais das Partes, o processo de arbitragem se apresenta atualmente como o principal método de resolução de disputas de acordo com as melhores práticas no setor de petróleo.  Isso também garante um processo imparcial e transparente, de acordo com a Constituição Federal Brasileira. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 31.1.1 | A exoneração das obrigações do Concessionário devedor dar-se-á exclusivamente com relação às obrigações deste Contrato cujo adimplemento se tornar impossível em virtude da incidência do caso fortuito, de força maior ou de causas similares. | A legislação brasileira aplicável claramente estabelece em seus dispositivos que caso fortuito ou eventos de força maior não exigem o "reconhecimento" pela outra parte, para que tais eventos ocorram.  Se a outra parte não concordar com a ocorrência de tal evento, a possível disputa deve ser resolvida de acordo com a cláusula 34. Entendemos que isso está perfeitamente alinhado com a legislação aplicável brasileira e com as premissas justas de negociação. Sendo assim, mesmo a ANP sendo a agência reguladora, ela não possui discrição legal para determinar se ocorreu um evento de força maior. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 31.1.2 |  | Mesmo entendendo que essa cláusula não exclui a possibilidade de levar a questão ao tribunal arbitral por opção do concessionário, acredita-se que estando expresso no contrato, caso as partes não consigam chegar a um acordo com relação ao evento, deverá ser remetido ao mecanismo de solução de disputas previsto no contrato. |
| Minuta do contrato | Alteração | 31.1.3 | A ocorrência do caso fortuito, força maior ou causas similares não isenta o Concessionário do pagamento de Participações Governamentais e de Terceiros, nos termos da lei. | A legislação brasileira aplicável, claramente estabelece em seus dispositivos que caso fortuito ou eventos de força maior não exigem o "reconhecimento" pela outra parte, para que tais eventos ocorram.  Adicionalmente, incluímos "nos termos da lei" para especificar que os pagamentos devem incluir apenas aqueles especificados no dispositivo legal, gerando aos investidores mais segurança jurídica e não havendo prejuízos na sua inclusão. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 31.3.1 | A depender da extensão e gravidade dos efeitos do caso fortuito, da força maior ou das causas similares:   1. as Partes poderão acordar a alteração do Contrato ou sua extinção; 2. a ANP poderá suspender o curso do prazo contratual em relação à parcela do Contrato afetada. | Essa inclusão é consistente com as Melhores Práticas da Indústria Petrolífera. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.1.2 | Em caso de conflito entre as disposições deste Contrato e os regulamentos, resoluções, portarias e outros atos normativos emitidos pela ANP, as disposições deste Contrato deverão prevalecer. | Acreditamos que, em eventos de conflito entre resoluções da ANP, portarias, regulações e outros atos normativos, as previsões do Contrato de Partilha deverão prevalecer, considerando os princípios de *pacta sunt servanda* e da segurança jurídica.  De outra forma, poderia ser alegado que o contrato está sendo alterado unilateralmente por uma das partes, o que é completamente contrário aos princípios do direito brasileiro, e isso vai além do dever-poder da ANP como reguladora e supervisora do contrato.  Este tipo de previsão é padrão em outros países hospedeiros que possuem um regime contratual de exploração e produção. O contrato sempre deve ser observado e respeitado pelas partes e, principalmente pelo regulador e pela autoridade outorgante dos direitos de E&P. Caso haja alterações regulatórias que possam ser observadas pelo Contratado, o contrato poderá ser aditado de comum acordo. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.2 | Em caso de disputa, as Partes poderão se comprometer a resolver entre si, amigavelmente, toda e qualquer disputa ou controvérsia decorrente deste Contrato ou com ele relacionada. | A redação original da Cláusula 34.2 poderia ser interpretada como uma forma de impedir que as partes iniciem um procedimento de arbitragem caso elas não alcancem uma solução amigável. Ajustamos a redação de forma a manter a possibilidade de resolver a disputa amigavelmente anteriormente ao procedimento de arbitragem.  Caso uma das partes envolvidas na disputa entenda que não existem condições para conciliação amigável, ela não deveria ser forçada a conciliar. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.2.1 | A Parte insatisfeita notificará as demais partes de uma disputa ou controvérsia, e as Partes deverão, no prazo de 30 (trinta) dias após o recibo da notificação, se reunir para discutir o assunto. Se, durante os 30 (trinta) dias não for alcançado um acordo, então qualquer Parte poderá submeter a questão para arbitragem. | Essa inclusão é consistente com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e Gás. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.2.2 |  | Conforme justificativa da 34.2. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.2.3 |  | Conforme justificativa da 34.2. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.5 | Caso uma das Partes ou um dos signatários, em sua discrição, considere que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, poderá submeter tal questão a arbitragem, a ser administrada por uma das seguintes câmaras: (i) Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, (ii) Corte Internacional de Arbitragem de Londres, ou (iii) Corte Permanente de Arbitragem de Haia, em consonância com as regras da câmara escolhida, desde que sejam observados os preceitos estabelecidos nos itens "b" a "j" da Cláusula 34.5. As partes interessadas devem ter um período de 30 (trinta) dias para selecionar a câmara de arbitragem. Se as partes não chegarem a um acordo, a câmara de arbitragem será selecionada pela ANP, dentre as que estão listadas nesta Cláusula 34.5. | Segundo as Melhores Práticas de Indústria de Petróleo e Gás, o Contrato deve incluir uma lista de tribunais de arbitragem que seria aceitável pela ANP.  Isso também garante aos investidores certeza legal de que uma câmara independente e reconhecida internacionalmente será escolhida e evita discussões desnecessárias de tempo e consumo de recursos. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.5 “a” | A arbitragem deve ser realizada por 3 árbitros, a serem escolhidos de acordo com as Regras de Arbitragem. | O uso de 3 árbitros como uma regra segue as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e Gás Natural e assegura uma sentença arbitral independente e tecnicamente sólida. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.5 “b” |  | Para refletir as mudanças da cláusula 34.5 a (acima), que entende que as partes são livres para escolher a corte de arbitragem de sua escolha, não cabe estabelecer que a UNICITRAL terá gerencia no assunto. Adicionalmente, esta cláusula está em desconformidade com as melhores práticas da indústria de Petróleo e Gás. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.5 “c” |  | O referido assunto será decidido entre as Partes, sob o pressuposto de que é do melhor interesse das partes. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.5 “d” |  | Embora esta seja uma prática comum, nem todos câmaras arbitrais a adotam, portanto, não cabe ser imposta, devendo as partes decidir sobre a seleção dos árbitros privativamente. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.5 “e” | Mediante acordo das Partes, poderá ser escolhido um árbitro único para decisão da causa, de acordo com os termos e condições das Regras de Arbitragem; | A alteração proposta reflete a redação utilizada nas cláusulas internacionais de arbitragem.  Sugestão de redação mais esclarecedora. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.5 “f” | A cidade de Haia, Holanda, será a sede da arbitragem e o lugar da prolação da sentença arbitral; | De acordo com as Melhores Práticas Internacionais, a sede da arbitragem deve ser localizada em foro neutro e com um sistema jurídico confiável. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.5 “g” |  | Redação desnecessária, procedimento a ser definido pelas partes, como a melhor prática de arbitragem. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.5 “h” |  | Considerando a sugestão feita no item 34.5 f, esta subseção já não se aplica. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.5 “i” | A sentença arbitral será definitiva e seu conteúdo obrigará as Partes. | A alteração foi feita para alinhar os termos do contrato com as Melhores Práticas do setor internacional de Petróleo e Gás. Especialmente considerando uma relação essencialmente contratual entre as partes - o que não deve ser negado. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 34.5 “j” | A sentença arbitral pode ser reconhecida ou executada em qualquer tribunal de jurisdição competente, ou em qualquer tribunal onde uma parte ou seus bens estejam localizados. | A inclusão proposta reflete a redação comum em cláusulas internacionais de arbitragem. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 34.5 “k” | Cada parte renuncia a qualquer direito que possa ter de aguir imunidade de jurisdição e/ou de execução com relação a qualquer processo de reconhecimento ou de execução desta cláusula arbitral ou de qualquer sentença arbitral dela resultante, assim como com relação à execução (pré ou pós sentença arbitral) de bens para obrigar o pagamento sob esta cláusula arbitral e sob qualquer sentença arbitral dela resultante. | A inclusão proposta reflete a redação comum em cláusulas internacionais de arbitragem. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.5 “l” |  | A sugestão de remoção da subseção deve-se às incompatibilidades com as práticas adotadas no procedimento de arbitragem. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.5 “m” | havendo necessidade de medidas cautelar ou de urgência antes de instituída a arbitragem, a Parte interessada poderá requerê-las ao árbitro de emergência, se houver, de acordo com as Regras de Arbitragem, ou diretamente ao Poder Judiciário, com fundamento na Legislação Aplicável, cessando sua eficácia se a arbitragem não for requerida no prazo de 30 (trinta) dias da data de efetivação da decisão; | As partes devem ter a opção ou encaminhar a medida cautelar primeiro para a arbitragem de emergência se as regras de arbitragem relevantes preverem uma. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.5 “n” |  | A sugestão de remoção da subseção deve-se às incompatibilidades com as práticas adotadas no procedimento de arbitragem. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.5 “o” |  | Esse assunto deve ser discutido livremente entre as Partes, portanto, sugerimos a remoção. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 34.8 | Durante a pendência de uma disputa ou controvérsia, a ANP poderá suspender as atividades sobre as quais verse a disputa ou controvérsia, mas apenas quando existir um risco iminente de danos materiais para pessoas, instalações ou o meio ambiente. | A redação proposta pela ANP é muito ampla e leva a incertezas legais, o que, em última análise, pode afetar desnecessariamente as operações. No entanto, a ANP continua capaz de solicitar a suspensão da produção sob risco iminente de danos materiais, o que está de acordo com as Melhores Práticas de Indústria de Petróleo e Gás. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 34.8.1 |  | Esta cláusula foi excluída tendo em vista a alteração proposta na cláusula 34.8 acima. |